



L.

*fm***ATA**

No dia vinte e três de dezembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Câmara Municipal de Guimarães, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, comparecendo os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado – e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Nelson José Guimarães Felgueiras, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. Os Vereadores Nelson José Guimarães Felgueiras e Hugo Miguel Alves Ribeiro substituíram, respetivamente, os Vereadores Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos dos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador André Coelho Lima** – Quis partilhar a alteração que o Orçamento de Estado para 2020 vem trazer no que toca ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos centros históricos classificados. Recordou o que foi já discutido no passado, lembrando que o Executivo Municipal sempre defendeu esta interpretação, divergindo apenas na ação que deveria ser interposta para resolver o problema junto das entidades nacionais. Relembrou que o Presidente da Câmara entendeu que devia aguardar e continuar a exercer a sua influência para que a interpretação fosse no sentido da isenção total do IMI dos prédios situados na zona

classificada como Património Cultural da Humanidade, enquanto que o PSD entendia que se devia ter avançado pela classificação individual desses prédios, o que materializou com a apresentação de uma proposta nesse sentido em reunião de Câmara de 17 de abril de 2014. Acrescentou que esta alteração prevista para o Orçamento de Estado de 2020 é surpreendente e não é politicamente coerente. Contudo, disse que este entendimento é aquele que defende e que vai no sentido de serem os municípios a decidir nesta matéria. Assim, disse continuar a entender que a classificação individual teria sido a melhor opção, alertando para um ponto que não está esclarecido no Orçamento de Estado para 2020 e que tem que ver com a forma de operar essa isenção. -----

**2. Vereador Bruno Fernandes** - Comentou a presença de um novo elemento na vereação, que disse querer cumprimentar, perguntando ao Presidente da Câmara se iria explicar a razão da sua presença, visto que está a substituir um Vereador com competências delegadas. -----

**3. Presidente da Câmara – a)** - Recordou a alteração à Lei das Finanças Locais, operada em 2016, que se deveu também às diligências feitas pela Câmara Municipal de Guimarães, no sentido de que as isenções não fossem ponderadas ano a ano com a aprovação do Orçamento de Estado, mas antes previstas em lei habilitante. Disse que a isenção universal de IMI para os prédios situados em zona classificada como Património Mundial põe em causa a sustentabilidade de determinados Municípios, apontando como exemplo o Município de Angra do Heroísmo, cuja receita de IMI no Centro Histórico representa cerca de 40% da receita municipal, razão pela qual a solução passou por atribuir a cada Município a decisão de isentar ou não de IMI os prédios situados em zona classificada como Património Mundial; **b)** - Informou que o Vereador Fernando Seara de Sá comunicou a sua ausência no período compreendido entre 21 e 23 de dezembro de 2019 tendo



L.

M

solicitado a sua substituição na presente reunião pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS para a Câmara Municipal, tendo, por isso, sido convocado Nelson José Guimarães Felgueiras, estando, consequentemente, a participar como Vereador nesta reunião ordinária. ---

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação do fiscal único sobre a situação económico-financeira da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda., que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----
2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, de 5 de dezembro de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 70 m<sup>2</sup>, sita na rua João Paulo II, da freguesia de Fermentões, cujo usufruto está em nome de Fernando da Silva Almeida e a raiz em nome de Sara Maria da Fonseca Almeida, destinada a integrar o domínio público municipal, necessária à execução da obra de reperfilamento das ruas João Paulo II (Fermentões), Eng.º Duarte Amaral (Penselo) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães), pelo valor de €4.542,05.
3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de dezembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento relativamente à empreitada designada por **Reperfilamento da rua da Caldeiroa**: “Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados pelos interessados tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP). Neste sentido foi elaborada a resposta aos pedidos de esclarecimentos conforme

doc. 1 em anexo. No que respeita aos erros e omissões apresentados (conforme doc. 2) foi elaborada a lista de erros, que se anexa, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites (doc. 3). Dado que a resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões não foi disponibilizada no prazo estipulado, conforme determinam as alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP), deverá ser prorrogado o prazo para a entrega das propostas, por um período de 23 dias, equivalente ao atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64º do CCP. Assim, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança: - a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos bem como a aprovação da lista de erros aceites, devendo as mesmas serem publicitadas na plataforma eletrónica acingov; - a prorrogação de prazo concedido aos interessados, para apresentação de propostas, por um período de 23 dias. Em consequência, deverão ser informados todos os interessados que as propostas deverão ser entregues até às 17:00 horas do dia 6 de janeiro de 2020.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia desta reunião. Os Vereadores Nelson Felgueiras e Ricardo Araújo não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião.

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. JOÃO I – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de dezembro



1.

de 2019, que concordou com a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: "Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados pelos interessados tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP). Neste sentido foi elaborada a resposta aos pedidos de esclarecimentos conforme doc. 1 em anexo. No que respeita aos erros e omissões apresentados (conforme doc. 2 e doc. 3) foi elaborada a lista de erros, que se anexa, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites (doc. 4). Dado que a resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões não foi disponibilizada no prazo estipulado, conforme determinam as alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP), deverá ser prorrogado o prazo para a entrega das propostas, por um período de 7 dias, equivalente ao atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64º do CCP. Assim, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Domingos Bragança, para posterior aprovação, mediante ratificação, pela Câmara Municipal: - a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos bem como a aprovação da lista de erros aceites, devendo as mesmas serem publicitadas na plataforma eletrónica acingov; - a prorrogação de prazo concedido aos interessados, para apresentação de propostas, por um período de 7 dias. Em consequência, deverão ser informados todos os interessados que as propostas deverão ser entregues até às 17:00 horas do dia 11 de dezembro de 2019." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – VIA DE LIGAÇÃO DO REBOTO A MOURIL - SILVARES –  
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO –** Presente a seguinte

proposta: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.4500.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.83. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa **“Cândido José Rodrigues, S.A.”** conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 03/12/2019, pelo preço de **€1.022.933,69 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: ano de 2020 – €624.930,67 + IVA = €662.426,51; ano de 2021 – €398.003,02 + IVA = €421.883,20. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – VIA DE LIGAÇÃO DO REBOTO A MOURIL - SILVARES – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Via de ligação do Reboto a Mouril – Silvares” seja adjudicada ao concorrente “Cândido José Rodrigues, S.A.” pelo preço de €1.022.933,69 + IVA, sendo o prazo de execução de 365 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFÂNDEGA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €850.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.1.4401. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa **“Camacho Engenharia, SA”** conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 11/12/2019, pelo preço de **€859.958,00 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respetiva



L1.

proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: ano de 2020 – €628.535,99 + IVA = €666.248,15; ano de 2021 – €231.422,01 + IVA = €245.307,33.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFÂNDEGA – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -**

Presente, para aprovação, o relatório final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Refuncionalização do Edifício da Torre da Alfândega” seja adjudicada ao concorrente “Camacho Engenharia, SA”, pelo preço de €859.958,00 + IVA, sendo o prazo de execução de 365 dias, nos termos no Caderno de Encargos. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato, que igualmente se anexa. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE SÃO TORCATO – ILUMINAÇÕES DE NATAL 2019 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A recente atribuição da categoria de Basílica ao Santuário de São Torcato justifica a pretensão da respetiva Junta de Freguesia em instalar iluminações alusivas ao Natal entre o centro cívico e o referido templo. Dado que os recursos próprios da Freguesia são insuficientes para cobrir os custos implicados na referida contratação, solicitam o apoio da Câmara Municipal. Deste modo, considerando o interesse da iniciativa para a dinamização da Freguesia, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Freguesia de São Torcato, de um subsídio de €1.250,00, destinado a comparticipar nos custos das iluminações de Natal a instalar na quadra natalícia 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO  
PARA INSTALAÇÃO EM HOTEL EM TERRENO SITO NA FREGUESIA DA  
COSTA - HOTEL ENCOSTA DA PENHA, SA –** Presente a seguinte informação:

“Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público sobre a criação de uma unidade hoteleira em edifício existente e localizado em terreno marginal à denominada estrada da Penha, freguesia da Costa. Classificada como solo rural – espaço de uso florestal - e possuindo autorização de utilização para habitação, o pedido agora formulado visa potenciar o enquadramento da pretensão no número 2, artigo 45 do regulamento do plano diretor municipal (o qual, em conjugação com os números 2 dos artigos 55 e 113 do mesmo regulamento, permitirá o enquadramento da pretensão no Plano). Da análise do processo, verifica-se:

1. Do ponto de vista urbanístico, a pretensão reporta-se a uma estrutura edificada existente, já transformadora do solo, implicando um novo uso e ocupação (sem alteração do contexto paisagístico e urbanístico envolvente). A pretensão visa a reconversão e rentabilização de uma estrutura edificada, possibilitando 8de forma complementar) o tratamento do terreno envolvente e a salvaguarda da não degradação de um “terreno e construção” localizada em área territorial importante. Em síntese, não modificando o contexto “urbano – paisagístico” já observado e aprovado e rentabilizando estrutura edificada já consolidada (em detrimento de “novas frentes de construção”), urbanisticamente, julga-se passível de viabilização a pretensão; 2. Do ponto de vista turístico, pelas informações da divisão de turismo de 10 abril '19 e 27 setembro '19, “nada resulta em oposição à emissão da declaração de interesse público”; 3. Do ponto de vista económico, pela informação da divisão de desenvolvimento económico de 27 setembro '19, “o projeto apresenta-se viável” e “consideram-se reunidas as condições para a emissão da declaração de interesse público municipal”.





L.

mu

Face ao exposto, atendendo a que se trata de operação urbanística e de investimento que se traduz positivamente para o território do ponto de vista urbanístico, turístico e económico, consideram-se reunidas as condições para submissão a decisão superior sobre o reconhecimento do interesse público solicitado. Caso positiva a decisão, o interesse público em causa carece de aprovação por parte do órgão executivo. Refere-se ainda que: 1. No ato do licenciamento da pretensão em causa, deverão ser evidenciadas medidas de gestão da faixa de combustível do terreno - a validar pelo gabinete técnico florestal municipal - e deverão ser apresentadas e confirmadas medidas de "qualidade e sustentabilidade" inerentes ao parecer da divisão de turismo de 10 abril '19; 2. À presente informação técnica deverão ser anexadas as informações técnicas das divisões de desenvolvimento económico e de turismo datadas de 27 setembro '19 e 10 abril '19 (respetivamente)." As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**URBANISMO – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA N.º 990/18 – ANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA FERNANDES – RECLAMAÇÃO CONTRA A OMISSÃO DA PRÁTICA DE ATO LEGALMENTE DEVIDO (REGISTO N.º 8818/19) – RECURSO HIERÁRQUICO (REGISTO N.º 7466/19) –** Presente a seguinte informação: "**ÂNGELA MARIA FERREIRA DA SILVA FERNANDES**, na qualidade de interessada no processo de informação prévia identificado em assunto, veio apresentar perante a Câmara Municipal uma **RECLAMAÇÃO CONTRA A OMISSÃO DA PRÁTICA DE ACTO**, a que considera que o Sr. Presidente da Câmara está legalmente vinculado, de falta de inclusão da discussão e decisão do recurso hierárquico apresentado pela mesma reclamante em 26 de agosto de 2019, constante do documento que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido (**doc. 1**). Invoca, em

suma, que o recurso hierárquico apresentado deveria ter sido submetido à discussão e aprovação da Câmara Municipal, por ser este o órgão com competência para decidir o referido recurso, contudo, este órgão apenas pode deliberar se os assuntos constarem da ordem de trabalhos de cada uma das reuniões, sendo da competência do Presidente da Câmara estabelecer a ordem de trabalho das reuniões do executivo. O recurso hierárquico apresentado pela mesma reclamante em 26 de agosto de 2019, consta do documento que se anexa e aqui se aqui dá, igualmente, por integralmente reproduzido (**doc. 2**). Tanto a reclamação, como o recurso hierárquico, foram analisados pelos serviços municipais. **Apreciação técnica:** Quanto aos argumentos de facto apresentados pela reclamante, nos dois documentos (recurso hierárquico e reclamação), o teor da exposição foi analisado pelos serviços da Divisão de Centro Histórico, conforme informações em anexo (**doc.s 3 e 4**), e na qual são prestados os esclarecimentos relativamente ao alegado pela reclamante naqueles documentos, e que conclui pela manutenção da decisão proferida em 12 de junho de 2019, e agora posta em causa, pelas razões expostas naquelas informações, que aqui igualmente se dão como reproduzidas. De referir, também, que, na sequência da apresentação do recurso hierárquico em 26 de agosto de 2019, a 10 de setembro foi consultada a Direção Regional de Cultura do Norte, tendo-lhe sido remetida cópia do referido recurso, tendo esta respondido, em 9 de outubro de 2019, mantendo a sua pronúncia de emissão de **parecer Não Favorável** no âmbito deste processo (**doc. 5**). **Apreciação jurídica:** O assunto foi, ainda, analisado pelos serviços da Divisão Jurídica, a solicitação dos serviços da Divisão de Centro Histórico, tendo sido emitido o parecer jurídico que se anexa como **doc. 6**, que conclui pela apresentação dos dois documentos a decisão da Câmara Municipal. **Conclusão:** Em face do exposto, verifica-se que os argumentos e



L.

pu

esclarecimentos apresentados no recurso hierárquico, e na reclamação, não são passíveis de ser atendidos e, em consequência, ser alterado o parecer urbanístico que sustenta a decisão final. Deste modo: - devem ser indeferidos o recurso hierárquico e a reclamação apresentados pela reclamante, nos termos e fundamentos constantes da presente informação e dos documentos em anexo; - confirmar-se o ato recorrido, exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, datado de 12 de junho de 2019, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente da Câmara, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Sofia Ferreira e Nelson Felgueiras. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. **O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Desde logo e em primeiro lugar, importa enunciar uma questão prévia e incidental que se prende com o peso de contrariar determinações técnicas. Sabemos que as alterações de determinações técnicas por agentes políticos podem fazer incorrer estes em responsabilidades de diversa ordem (designadamente de ordem criminal) o que faz revestirem-se estas decisões de enormes cautelas, particularmente aquelas que, como a presente, são dotadas de elevada subjetividade e apreciável grau de complexidade técnico-jurídica. Dito isto, que enformará e condicionará o sentido de voto a final, importa então tecer algumas

considerações sobre a situação que nos é dada para apreciação: É-nos apresentada a documentação do recurso apresentado para ato administrativo – despacho do Sr. Presidente de Câmara – ato esse que se estriba, confirmando e caucionando-as, nas informações técnicas precedentes. É, por isso, essencialmente sobre estas que nos pretendemos debruçar. A primeira preocupação que preside à análise dos vereadores subscritores é a **verificação da legalidade** do despacho ou, na inversa, da ilegalidade da pretensão do recorrente. E a verdade é que, na Informação de 12.09.2019, muito embora se alegando a prevalência de normativos e diplomas legais nos quais assenta a sua posição técnica, a verdade é que, salvo devido respeito por opinião diversa, tal não parece ser de todo o caso. Fundamenta-se o despacho técnico, essencialmente: **Na alínea a) do nº2 do artigo 24º do DL 555/99 de 16/12** (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) que sob a epígrafe *“Indeferimento do pedido de licenciamento”* diz o seguinte: *“2 – Quando o pedido de licenciamento tiver por objeto a realização de operações urbanísticas referidas nas alíneas ... o indeferimento pode ainda ter lugar com fundamento em: a) A operação urbanística afetar negativamente o património arqueológico, histórico, cultural ou paisagístico, natural ou edificado.”* No **artigo 29º nº1 a) do Plano Diretor Municipal de Guimarães**, que sob a epígrafe *“Critérios Gerais de edificabilidade”* diz o seguinte: *“1 – Independentemente da natureza e classificação do solo, as operações urbanísticas deverão observar: a) A correta inserção no meio envolvente, nomeadamente ao nível da altura da edificação, alinhamentos e recuos, funções, tipologias e volumetrias”.* No **artigo 32º nº1 do Plano Diretor Municipal de Guimarães**, que sob a epígrafe *“Alinhamentos/Recuos”* diz o seguinte: *“1 – Os prédios urbanos ficam sujeitos aos alinhamentos e recuos dominantes contíguos e/ou próximos do conjunto em que se inserem. Ou seja, daqui se retira que a*



L.

operação urbanística indeferida por despacho do Sr. Presidente de Câmara (1) *afeta negativamente o património arqueológico, histórico, cultural ou paisagístico*, (2) *não assegura a correta inserção no meio envolvente, nomeadamente ao nível da altura da edificação, alinhamentos e recuos, funções, tipologias e volumetrias* e ainda (3) *não cumpre com os alinhamentos e recuos dominantes, contíguos e ou próximos do conjunto em que se inserem*. Como está bom de ver, todas estas apreciações encerram de um subjetivismo atroz. Até porque, a busca pela sua objetivação faz ferir ainda mais o despacho recorrido. Basta verificar que, no que respeita à obrigação do art. 29º nº1 a) do PDM, não há na situação em causa desvio na altura da edificação (que se mantém igual à pré-existente), nem qualquer incumprimento nos alinhamentos e recuos (com isto se respondendo igualmente à exigência do art. 32º nº1 PDM), nem qualquer alteração de funções e tipologias, nem violação de volumetrias. Isto é, se o normativo do art. 24º nº2 a) do DL 555/99 encerra duma subjetividade total, já nestes normativos do PDM de Guimarães, que concretizam um pouco mais as exigências, nenhuma das exigências das normas é perturbada ou incumprida. Assinalamos ainda a exigência constante no despacho quanto à necessidade de salvaguardar “alinhamentos posteriores” quando, em primeiro lugar, os normativos citados em lado algum se referem a alinhamentos posteriores mas apenas a alinhamentos (que se presume serem de fachadas), recuos e alturas, todas estas cumpridas no projeto em apreciação, aliás se o Município começar a exigir alinhamentos posteriores não há uma operação urbanística que possa ser aprovada na cidade de Guimarães; e em segundo lugar porque uma simples visualização ao mapa das artérias permite verificar que nenhum dos edifícios tem alinhamento posterior com os demais, o que levava até à desconfortável pergunta de se procurar saber com qual dos demais edifícios se deveria fazer o chamado

“alinhamento posterior”... atendendo a que se encontram todos desalinhados entre si. Assim sendo, é legítimo perguntar-se: Que exigências legais em concreto são violadas com o projeto em causa? E de que formas? Qual o fundamento jurídico concreto (e não meramente abstrato) para o indeferimento? E a razão da colocação destas perguntas não tem que ver com um assumir duma posição de defensor de parte mas, outrossim, a de procurar expor aquilo que na realidade mais nos preocupa na análise a esta situação e fundamenta mesmo a presente declaração de voto que é **o poder discricionário que, com fundamentos desta natureza, se atribui à opinião técnica** na análise de diversas matérias. Com o devido respeito, a fundamentação jurídica é insuficiente para nela assentar o indeferimento. Sendo-o, isso implica admitir um grau de discricionariedade ao agente administrativo bem superior àquele que deveríamos estar disponíveis para conceder. Esta situação é particularmente notória quando assenta numa alegada **violação, por parte do presente projeto, da Zona Especial de Proteção (ZEP)**. Alega-se, sumariamente, que o projeto viola a ZEP em seguida se identificando os normativos que criam e determinam as condições de criação de ZEP nas diferentes cidade do país. Mas a verdade é que esses mesmos normativos em que se assenta esta decisão dizem que “*a zona especial de proteção tem a extensão e impõe restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado...*” (artigo 43º nº1 Lei nº 107/2001 de 08.09), ou seja, para criar uma ZEP é necessário **(1) definir a sua extensão** e em seguida **(2) criar as normas que fixem as restrições à edificação**. Ora, se é verdade que a ZEP da cidade de Guimarães, também designada como *zona tampão* ao Centro Histórico classificado Património da Humanidade pela UNESCO, está bem delimitada encontrando-se por isso definida a sua extensão, é igualmente verdade que inexistente qualquer normativo legal ou regulamentar que informe os cidadãos



L.

m

sobre quais as regras que se lhes aplicam antes de avançarem para a aquisição de quaisquer imóveis adentro da ZEP. E este ponto é fundamental! Repare-se o exemplo da zona classificada PCH, onde existe um regulamento que torna do conhecimento público e faz cumprir com força obrigatória geral as condicionantes de construção e edificação naquela zona classificada. Nenhum comprador, morador ou investidor *vai ao engano*, porque conhece as regras que se lhe aplicam e sabe, ou tem como saber, da extensão exata das restrições ou limitações impostas à operação urbanística que porventura tenha em vista. Cumpre-se o princípio da legalidade e contribui-se para a segurança dos investimentos, que compete ao Estado assegurar. Na ZEP de Guimarães nada disto existe! Ela está criada e territorialmente delimitada, mas os particulares não têm como ter conhecimento das regras, isto é, das limitações, que se lhes aplicam. Avançam para os investimentos sem saber previamente *as linhas com que se cosem*. E neste domínio da ausência absoluta de lei especial surge a discricionariedade do agente administrativo, para mais insindicação, que não pode manifestamente existir. Porque faz perigar a própria respeitabilidade das decisões. Nós, o Estado municipal, não podemos conformar-nos com uma zona cinzenta *sem lei* de tal modo alargada que um cidadão possa ter um parecer se o assunto for apreciado pelo técnico A e algo substancialmente diferente se ele for apreciado pelo técnico B. Porque isto é a constatação primeira da falência da organização que lhe subjaz e da atribuição de um poder decisório desmesurado e discricionário a quem faça apreciações técnicas, particularmente num tempo em que é cada vez mais difícil ao político contrariar as determinações técnicas que lhe aparecem na mesa para apenas validar. Basta que, com razoabilidade e bom-senso, nos perguntemos: Se fossem previsíveis as exigências que fundamentam este indeferimento, teria este particular avançado para a aquisição daquele

imóvel? E não deveria ser função do Estado aumentar a previsibilidade da decisão da administração pública? A conclusão a retirar é que falha o Estado quando não concede ao cidadão os meios para este saber, antecipadamente, as *linhas com que se cose*. E se o Estado falha não devia poder permitir que as decisões técnicas assentassem nas opiniões ou convicções (por mais respeitáveis e até acertadas que possam ser) dos técnicos municipais, mas antes nos recursos legais existentes. A ausência destes aumenta o poder àqueles. E o aumento do poder àqueles diminui a segurança jurídica e a previsibilidade aumentando o poder discricionário do agente administrativo. Existe ainda, *in casu* e segundo consta da própria documentação, a justificação de que a maior dimensão do edifício, com previsão de corredores e salas amplas, procura responder à necessidade desta família que tem uma filha adolescente com paralisia cerebral, pelo que o projeto é dimensionado e adequado às difíceis necessidades de locomoção desta menina. E frustra um pouco sentir o esbarrar da pretensão de conforto e melhoria de qualidade de vida desta família que tem já um encargo difícil e custoso, em convicções casuísticas e formulações opinativas, ao arrepio de tantas outras decisões hodiernas. Exigências não devidamente assentes em fundamentação legal específica e reveladora de uma menor sensibilidade na adequação ao caso concreto. E esta dimensão é, também, como não pode deixar de ser, uma dimensão de apreciação política. Não queremos ser responsáveis pelo ceifar dos sonhos a esta família nem pelo desbaratar dum investimento desta natureza por poder esbarrar em embirrações subjetivas. Violar a lei, é uma coisa. Tomar uma decisão desta natureza assente em convicções sem o devido respaldo legal, é outra completamente diferente. Em conclusão: 1. Os vereadores PSD/CDS não querem, manifestamente, caucionar decisões assentes em subjetivismo e discricionariedade, como sucede com aquelas que expressam um





11.

pr

entendimento pessoal das restrições de construção e edificações existentes numa ZEP, sem que a ZEP de Guimarães esteja, tampouco, regulamentada;

2. Apesar de tudo quanto fica dito, entendem igualmente os vereadores PSD/CDS não dever contrariar decisões técnicas cujas alterações podem acarretar responsabilidades pessoais que, valha a verdade, não têm estes vereadores condições, nem técnicas nem de tempo, para aferir devidamente. Por essa razão se pretendeu deixar expressa a nossa discordância, mais do que com o teor despacho e informação que lhe subjaz, mas com o perigoso grau de discricionariedade e até arbitrariedade que o mesmo encerra. E simultaneamente, as razões pelas quais entendemos não dever votar contra a proposta que nos é apresentada de que reprovemos o recurso hierárquico. Razão pela qual, optam os vereadores PSD/CDS pela **abstenção**." -----

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – CIM DO AVE** – Presente a seguinte informação: “Em resultado da deliberação do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Ave – AMAVE, tomada em 24 de setembro de 2019, atenta a intenção de extinção da AMAVE, aquela associação informou que deixará de assumir quaisquer responsabilidades (água, energia, comunicações, etc.) referentes ao edifício sede, sito na rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, freguesia de Azurém, a partir de **31 de dezembro de 2019**, devendo tais responsabilidades ficar a cargo da Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave). Por sua vez CIM do Ave manifestou interesse na gestão do imóvel e assunção das respetivas responsabilidades, mediante a celebração de um contrato de comodato, de longo prazo, atendendo a possíveis candidaturas. O edifício é propriedade municipal e encontra-se em bom estado de conservação. Neste momento o imóvel está ocupado pela AMAVE, CIM do Ave, Agência de Energia do Ave, Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa –

TRIAVE e pelo Centro de Informação Autárquico ao Consumidor – CIAC, cuja permanência no prédio deverá ser garantida pela CIM do AVE, pelo período necessário ao seu funcionamento. Considerando que a CIM do Ave: Tem a sua sede e toda a sua estrutura orgânica e funcional instalada naquele edifício; É uma associação de grande importância para a promoção do desenvolvimento económico e social da NUT III Ave; Tem vindo a assumir responsabilidades acrescidas no âmbito do processo de descentralização de competências em curso, designadamente, constituindo-se como Autoridade Intermunicipal de Transportes; É fundamental garantir a sua continuidade no concelho de Guimarães; Assim, e atendendo à necessidade de regularizar a gestão do imóvel, poderá ser formalizada a cedência, em regime de comodato, do identificado prédio, pelo período de 20 anos, automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer das partes com antecedência mínima de 180 dias, em relação ao seu termo inicial ou de qualquer das suas eventuais prorrogações. Em caso de concordância superior, e conforme disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, a cedência à Comunidade Intermunicipal do Ave, do prédio situado na rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, da freguesia de Azurém, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 647/300694 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1228º, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence**



L.

m

aos órgãos sociais da entidade. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião no período de discussão e votação da proposta. ----

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO DO EDIFÍCIO DO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA** – Presente a seguinte informação: “Por escritura outorgada em 12 de setembro de 2019, foi constituída a associação **Curtir Ciência – Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães**, tendo como objeto a divulgação científica e tecnológica, mediante a promoção de ações de desenvolvimento da cultura científica e tecnológica junto da população e, em especial, junto da comunidade juvenil. Os associados fundadores da Associação são a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o Município de Guimarães e a Universidade do Minho. Conforme disposto no n.º 2 alínea b), do artigo 29º dos Estatutos da Associação compete ao Município de Guimarães disponibilizar, à Associação o conjunto edificado destinado à sua instalação e sede na Rua da Ramada, nº 166, da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, obrigação que só cessará desde que a Assembleia Geral delibere a mudança da sede social ou a dissolução da Associação. Ora, estando já a Associação devidamente constituída, importa agora formalizar a gestão do imóvel de modo a regularizar as competências de cada entidade, pelo que poderá ser formalizada a cedência, em regime de comodato, do identificado prédio, pelo período de 20 anos, automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer das partes com antecedência mínima de 180 dias, em relação ao seu termo inicial ou de qualquer das suas eventuais prorrogações. Em caso de concordância superior, e conforme disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a aprovação da Câmara, a cedência à associação **Curtir Ciência – Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães**, do prédio situado na Rua da Ramada, nº 166, da

União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 576/20111110 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1692º, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Adelina Paula Pinto não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

**PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA Nº 3/2019 - VENDA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA, VIATURAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO** – Presente a seguinte informação: “No âmbito da Hasta Pública nº 2/2019, cujo ato público ocorreu em 15/10/2019, verificou-se a falta de propostas para 5 das 7 viaturas abandonadas na via pública, bem como para 9 dos 16 veículos e equipamentos municipais em praça. Entretanto, de acordo com informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de 4 de dezembro corrente, é proposta a abertura de novo procedimento de venda em hasta pública que incluirá, além das que não mereceram qualquer licitação na Hasta Pública nº 2/2019, mais 6 viaturas municipais. Assim, propõe-se a venda de 5 (cinco) veículos abandonados na via pública, 14 (catorze) viaturas, 1 (um) equipamento do Município e metais ferrosos e alumínio. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento, cuja minuta se junta em anexo, ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.” O referido regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



41.

*[Handwritten signature]*

**PATRIMÓNIO – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação: “O Estabelecimento Prisional de Guimarães, solicita a cedência de mobiliário, de forma a colmatar carências de equipamento que se verificam naquele estabelecimento. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de vários mobiliários que, apesar do seu razoável estado de conservação, já não se adequa às necessidades dos serviços municipais e que poderá ser disponibilizado. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ao equipamento foi atribuído o valor total de **€960,00** (novecentos e sessenta euros). -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3 Estantes em madeira cor bege	€ 80,00	€ 240,00
1 Caixa metálica	€ 15,00	€ 15,00
1 Cadeira rodada sem braços revestida a tecido cor verde	€ 15,00	€ 15,00
1 Cadeira rodada com braços revestida a tecido cor azul	€ 20,00	€ 20,00
2 Cadeiras rodadas sem braços revestida a napa cor preta	€ 25,00	€ 50,00
2 Cadeiras rodadas com braços revestida a napa cor preta	€ 30,00	€ 60,00
1 Secretária estrutura metálica com tampo em fórmica e bloco de gavetas	€ 60,00	€ 60,00
1 Armário de sala com aparador em madeira	€ 400,00	€ 400,00
1 Armário metálico cor cinzenta com portas em esteira	€ 100,00	€ 100,00
<b>Total</b>		<b>€ 960,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – SOUSAPRATOS, LDA - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 7 DE SETEMBRO DE 2018** – Presente a seguinte informação: “A empresa **SOUSAPRATOS, LDA.**, representada por **JOÃO ANTÓNIO DA SILVA E SOUSA**, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de

Câmara a 06/09/2018, cujo contrato foi celebrado em 07/09/2018, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para 3 anos, mantendo-se o valor de investimento e postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **31%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **SOUSAPRATOS, LDA.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----  
**ATIVIDADES ECONÓMICAS – C.S.M. – LAVANDARIA INDUSTRIAL, LDA - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE**



11.

**BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 6 DE JULHO DE 2016 E POSTERIORES ADENDAS DATADAS DE 11/12/2017 E 10/10/2018 –**

Presente a seguinte informação: “A empresa C.S.M. – Lavandaria Industrial, Lda., representada por António Carlos da Costa Rebelo, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 25/05/2016 e, subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 06/07/2016 e posteriores adendas datadas de 11/12/2017 e 10/10/2018, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 3 para 4 anos, mantendo-se no entanto as restantes vertentes subjacentes ao compromisso inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **62%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **C.S.M. – Lavandaria Industrial, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de

concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e arquivam-se em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --**

**EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Universidade do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos participantes, no dia 15 de julho de 2020, entre o Centro Cultural Vila Flor e o Mit Penha. Considerando que se tratam de deslocações no âmbito da realização da Conferência Internacional em Virologia e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 26 de novembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA EB 2,3 PROFESSOR ABEL**

**SALAZAR - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –** Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas EB 2,3 Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de alunos e professores, no dia 20 de março de 2020, a Aveiro. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da participação no 16º Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de dezembro de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do





L.

Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE GONDAR** – Presente a seguinte informação: “Em reunião de Câmara de 30 de maio de 2019 foi aprovada a atribuição de um subsídio ao Centro Social Paroquial de Gondar, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. Nº 607/2010), no valor de €20.000,00 (vinte mil euros), para apoio a obras na Instituição. Contudo, no passado dia 9 de dezembro de 2019, o Presidente desta instituição, João Luís dos Santos Matos, solicitou à Câmara Municipal um prolongamento do prazo para pagamento do subsídio, desta feita até ao final de 2020, dada a impossibilidade de conclusão das obras em questão em tempo útil, uma vez que aguardam a obtenção das licenças necessárias. Neste contexto, submeto para aprovação, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a minuta do aditamento ao Protocolo previamente celebrado em 2019, conforme anexo à presente informação, onde conste a seguinte alteração: A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: “*Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020*”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO PASTORAL D. ANTÓNIO BENTO MARTINS** – Presente a seguinte informação: “Em reunião de Câmara de 30 de maio de 2019 foi aprovada a atribuição de um subsídio ao Centro Pastoral D. António Bento Martins, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. Nº 607/2010), no valor de €23.100,00 (vinte e três mil e cem euros), para apoio à aquisição de equipamentos para a resposta social da creche e

para a realização de obras na instituição. Contudo, no passado dia 7 de novembro de 2019, o Presidente desta instituição, Paulino Alfredo Oliveira Carvalho, solicitou à Câmara Municipal um prolongamento do prazo para pagamento do subsídio relativo às obras, no valor de €14.050,00 (catorze mil e cinquenta euros), desta feita até ao final de 2020, dada a impossibilidade de iniciar as obras antes do início do próximo ano civil. Neste contexto, submeto para aprovação, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a minuta do aditamento ao Protocolo previamente celebrado em 2019, conforme anexo à presente informação, onde conste a seguinte alteração: A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *“Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020”.* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. JOÃO DE PONTE** – Presente a seguinte informação: “Em reunião de Câmara de 30 de maio de 2019 foi aprovada a atribuição de um subsídio ao Centro Social Paroquial de S. João de Ponte, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. Nº 607/2010), no valor de €16.125,00 (dezassex mil cento e vinte e cinco euros), para apoio à realização de obras na Instituição. Contudo, no passado dia 8 de novembro de 2019, o Presidente desta instituição, Marc Rodrigues Monteiro, solicitou à Câmara Municipal um prolongamento do prazo para pagamento do subsídio, desta feita até ao final de 2020, dada a impossibilidade de conclusão das obras em questão em tempo útil, devido à especificidade dos trabalhos e às condições climatéricas que se têm feito sentir. Neste contexto, submeto para aprovação, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a minuta do aditamento ao Protocolo previamente celebrado em 2019, conforme anexo à presente informação, onde conste a



L.

seguinte alteração: A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: “*Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.*” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA** - Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 30 de maio de 2019 foi deliberado aprovar o apoio a 94 Instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social de Guardizela, esta última com um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros), verba destinada a apoiar a execução de obras. Na sequência desta deliberação foi celebrado um protocolo, a 12 de junho de 2019, com o Centro Social de Guardizela, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de julho. Contudo, no passado dia 19 de setembro, a Presidente desta instituição, Arminda de Jesus Fernandes Soares, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto deste subsídio, de modo a que a verba anteriormente atribuída para a realização de obras (20.000,00€) passe a estar afeta a despesas associadas com a aquisição de equipamentos, em virtude de o projeto de arquitetura se encontrar ainda em elaboração, o que não permitiu o cumprimento da calendarização prevista para as obras. Considerando que foi inicialmente emitida a declaração de cabimento nº 3032/2019 e a correspondente declaração de compromisso propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, que pressupõe um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª (Objeto), nos seguintes termos: “*O presente Protocolo tem por objeto (...), para o apoio destinado à aquisição de mobiliário, equipamento de cozinha e higiene e segurança.*”. A alteração da Cláusula 3ª, n.º 2 – Comparticipação, nos seguintes termos: “*A verba referida no número anterior será libertada*

*após apresentação do(s) documento(s) comprovativo(s) da aquisição dos equipamentos, e conforme disponibilidade financeira do Município”.*

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE DOIS ELETRODOMÉSTICOS (MÁQUINA DE LAVAR ROUPA E ESQUENTADOR VENTILADO)** – Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social duas candidaturas para apoio na aquisição de dois eletrodomésticos. Após análise destas candidaturas e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo do subsídio a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/ Capita	Subsídio a atribuir
153459247/19	Costa	€223,47	€204,95
123804108/19	Creixomil	€97,56	€434,90

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão destes apoios aos requerentes, num valor de **€639,85** (seiscentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE HABITAÇÃO** – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na execução de obras de adaptação e instalação de equipamentos facilitadores da acessibilidade e da atividade funcional que consistem, designadamente, em refazer a base do chuveiro, remover toda a cerâmica, colocar barras de apoio e um banco de duche e alargar a porta da casa de banho. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços,



1.

*Handwritten signature*

apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Subsídio a atribuir
232814325/19	Ponte	€297,37	3	Desempregada	50%	€2.445,37

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à requerente, no valor de €2.445,37 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos) ao abrigo da alínea e) do art.º 2.º do referido Regulamento." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO PARA TRANSPORTE DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS DO CENTRO SOCIAL DE BRITO)** - Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social para efeitos de pedido de apoio na deslocação de um jovem com deficiência, da sua residência para o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) do Pólo do Paraíso do Centro Social de Brito, que está sedado em Selho de S. Jorge, tendo em conta a situação de vulnerabilidade do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
223279080/19	Masculino	€43,31	96%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, consubstanciado na disponibilização de um passe, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor

se estima em €1.200,00 (mil e duzentos euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência ao CAO do Centro Social de Brito. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL DO NORTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte de senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, nos dias 9 e 21 de janeiro, ao Porto. Considerando que se tratam de deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de dezembro de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – CONTRATO DE DEPÓSITO - DOCUMENTAÇÃO DA IRMANDADE DAS CINCO CHAGAS - INFIAS** – Presente a seguinte proposta: “De acordo com o nº 1, do artigo nº 8 “Recolha de documentação de âmbito concelhio”, do regulamento de organização e funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães, podem dar entrada no Arquivo Municipal, a título de depósito, os documentos de outros organismos, pessoas ou serviços, respeitantes à documentação produzida no concelho de Guimarães. Assim, dado o interesse histórico e patrimonial da documentação da Irmandade das Cinco Chagas - Infias, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceitar este contrato de depósito.” O contrato de depósito dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

pr

**DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FC - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FC solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal, no dia 15 de dezembro, a Ponte de Lima. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa no Campeonato Interdistrital e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de dezembro de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA PLATAFORMA CHINA-EUROPA PARA A ÁGUA - DESPESAS ASSUMIDAS PELO MUNICÍPIO –** Presente a seguinte proposta: “Guimarães acolheu nos passados dias 6,7, 8 e 9 de novembro a Reunião de Alto Nível da Plataforma China-Europa para a Água, que decorreu em três locais distintos: Palácio Vila Flor, Hotel de Guimarães e Pousada de Santa Marinha. O objetivo desta plataforma é o de estabelecer pontes entre a China e a Europa ao nível político, mas sobretudo ao nível do conhecimento científico (universidades e laboratórios) e da atividade empresarial em matéria de recursos hídricos. A organização pertence ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética e à Universidade de Évora, em parceria com o Município de Guimarães, tendo as seguintes despesas ficado sob a responsabilidade do Município: - Serviço de dois autocarros de 56 lugares para assegurar o transporte de todos os participantes entre o Aeroporto Sá Carneiro e Guimarães e as deslocações entre os hotéis onde ficaram alojados e os locais das reuniões; - Serviços de tradução simultânea Inglês-Mandarim e Mandarim-Português; - Trabalho extraordinário realizado pelos funcionários do Paço dos Duques de

Bragança por forma a assegurar a realização do jantar de encerramento da Reunião; - Atuação de grupo Vimaranesense durante o referido jantar; - Outras despesas de transporte (combustíveis e portagens). Havendo ainda algumas despesas por apurar, é certo que, no seu conjunto, importarão numa quantia inferior a €12.000,00 + IVA. Deste modo, considerando a especial pertinência desta Plataforma no quadro da atual orientação estratégica do Município, o facto de Guimarães se promover, por esta via, junto de altos responsáveis políticos e técnicos Europeus e Chineses e o inequívoco interesse público de que se reveste a realização de uma reunião ministerial de alto nível em Guimarães, proponho que a Câmara Municipal ratifique a assunção das despesas referidas e entretanto realizadas.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de





20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a habitação própria e permanente dos beneficiários. Ao abrigo desta disposição legal, foram apresentados nesta Câmara Municipal três pedidos de concessão do benefício do reembolso de 20% do IMI, relativamente ao ano de 2018. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, todos eles reuniram os requisitos para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinados os respetivos processos, e conforme documentos apresentados pelos interessados, verifica-se que o domicílio fiscal de todos os requerentes corresponde à morada dos prédios sobre os quais incide o pedido do reembolso. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, têm direito ao reembolso de 20% do IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, os bombeiros abaixo identificados. --

Nome	Artigo matricial	Freguesia	Valor total do Imposto	Valor do reembolso	Proposta cabimento	Compromisso
Bento Rodrigues Marques	U-2747	Creixomil	327,25€	65,45€	6658	7368
Manuel Jorge de Oliveira Ribeiro	U-1212	Sande S. Martinho	295,60€	59,12€	6702	7413
Alberto José da Silva Figueiredo	U-3676	Ponte	266,74€	53,35€	6735	7440

Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor total de **€177,92** (cento e setenta e sete euros e noventa e dois cêntimos) aos bombeiros voluntários, conforme discriminado no quadro supra, ao abrigo do disposto no Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - DIVERSOS – APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DE GESTÃO DE RESÍDUOS PARA O ANO DE 2020** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público

de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) recomenda a harmonização das estruturas tarifárias com o financiamento do serviço, conferindo-lhe a racionalidade económica e financeira que assegure, não só a sua viabilidade, como a sua indispensável melhoria. No caso do Município de Guimarães e de acordo com o reporte de contas validado pela ERSAR em 2018, a percentagem de cobertura de gastos é de 72%, havendo subsídio implícita do Município em 28%. Considerando: - que a ERSAR fixa, anualmente, o limiar de acessibilidade económica para a determinação das tarifas (entre 0-0.5%) tendo o Município de Guimarães 0.16%, sendo o encargo anual para um consumo médio de 10m<sup>3</sup> de €57,20/utilizador. - que na sustentabilidade da gestão do serviço, o Município obteve boa qualidade na acessibilidade física do serviço, na adequação dos recursos e na rentabilização das viaturas, o que preconiza o esforço na otimização do serviço e dos custos inerentes; - que a ERSAR qualificou ainda o Município de Guimarães com uma avaliação boa na conformidade da estrutura tarifária, nomeadamente o financiamento do tarifário social e repercussão das taxas ambientais; Considerando que o Município dispõe no seu regulamento de tarifários sociais e para famílias numerosas, num total em 2019 de 142 tarifários sociais e de 26 isenções totais, de acordo com o parecer da Divisão de Ação Social; - que o Município de Guimarães aplica no Centro Histórico o sistema PAYT (pay-as-you-throw), sendo uma referência a nível nacional, pelos prémios recebidos, pela possível replicação em outros municípios e pela continuação do seu alargamento à zona da cidade; - que a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), sofreu alterações com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e mais recentemente com a publicação Lei n.º 82-D/2014 de 31 de



1.

fu

dezembro ("Fiscalidade Verde"), passando de €5,5/ton em 2015, para €7,7/ton em 2017, €8,8/ton em 2018 e €9,9/ton em 2019; - que a taxa de gestão de resíduos acresce ao tarifário dos utilizadores em montante correspondente à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora. -a previsão do investimento para 2020 na renovação do parque de viaturas e na substituição de contentores de superfícies por subterrâneos, tendo em a conta a avaliação da qualidade do serviço da ERSAR que considerou deficitário este investimento em 2019; - o projeto piloto a iniciar no próximo ano da recolha seletiva dos biorresíduos nos utilizadores domésticos; - que, no ano de 2020, o Município pretende continuar a subsidiar o serviço numa percentagem idêntica e até maior que nos anos anteriores, tendo em vista os investimentos que pretende realizar. Todos estes investimentos e projetos terão efeitos na diminuição da quantidade de resíduos indiferenciados enviados para tratamento e no aumento da recolha seletiva, em consonância com a pirâmide hierárquica dos resíduos e com as metas nacionais e europeias; Submete-se à consideração superior a aprovação das seguintes alterações ao tarifário de resíduos para o ano 2020, bem como o tarifário final em anexo: 1. o valor de €0,8000 para a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos). 2. a manutenção dos valores da tarifa de disponibilidade dos utilizadores não domésticos, considerando que o Município não pretende aumentar os custos fixos da operação destes utilizadores. 3. o aumento da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos de €2,6670 para €2,8004 e da tarifa variável de €0,1900 para €0,2100 por m<sup>3</sup>, sendo que a variação média em relação a 2019 será de €0,29/utilizador e o aumento da tarifa variável nos utilizadores não domésticos de €0,4500 para €0,4725 por m<sup>3</sup>. 4. as restantes tarifas que não têm abastecimento público de água de água têm os valores de referência dos utilizadores com abastecimento público de água de acordo com o

preconizado pela ERSAR. 5. Os utilizadores do sistema PAYT, continuarão a usufruir de um valor inferior da tarifa de disponibilidade, passando a tarifa de disponibilidade nos utilizadores domésticos para €1,2500 com um aumento de €0,0120 para €0,0126/litro na tarifa variável, e nos utilizadores não-domésticos para €5,5000 com um aumento de €0,0122 para €0,0128/litro.” O tarifário dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Sofia Ferreira e Nelson Felgueiras. Absteram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

**DIVERSOS – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2020** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para acorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2020, bem como os respetivos titulares e seus substitutos nas faltas e impedimentos. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais. **1. Titular: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento dos veículos municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto: Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Técnico da mesma Divisão.** **2 - Titular: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes** – €600,00 (seiscentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €300 (trezentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e



L1

€300 (trezentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto: Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Técnico da mesma Divisão.** 3 - **Titular: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes** – €400,00 (quatrocentos euros) para despesas com a renovação de licenças associadas aos motoristas e veículos municipais, conforme legislação em vigor, emissão de pareceres e cópias de ocorrências pelas autoridades policiais e pronúncia da Conservatória de Registo Automóvel sobre veículos com presunção de abandono – rubrica 05/0602010199. **Substituto: Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Técnico da mesma Divisão.** 4 - **Titular: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes** – €100,00 (cem euros) para despesas com aquisição de materiais de baixo custo para os serviços de trânsito (sinalização vertical e horizontal) – rubrica 05/020121. **Substituto: Armando Filipe Ribeiro Gonçalves, Assistente Técnico da mesma Divisão.** 5 – **Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Dirigente de 3.º grau do Gabinete de Veículos e Manutenção da Divisão de Mobilidade e Transportes, em regime de substituição** – €4000,00 (quatro mil euros) para despesas com aquisição de peças e outros materiais para intervenções curativas nas Oficinas Auto – rubrica 05/020112. **Substituto: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da mesma Divisão.** 6 – **Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Dirigente de 3.º grau do Gabinete de Veículos e Manutenção da Divisão de Mobilidade e Transportes** – €1000,00 (mil euros) para despesas com reparação de peças, veículos ou máquinas do parque municipal – rubrica 05/020203. **Substituto: Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da mesma Divisão.** 7 - **Titular: Isabel Cristina da Silva Pinho, Chefe da Divisão de Cultura** – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com aquisição de materiais indispensáveis a montagem de exposições, feiras e eventos culturais – rubrica 09/06020305. **Substituto: João Manuel**

**Teixeira Marques Costa, Técnico Superior da mesma Divisão. 8 - Titular: Ana Luísa Peixoto Carneiro, Técnica Superior da Divisão de Turismo – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com aquisição de materiais indispensáveis e imprevisíveis para feiras e atividades diversas; Fins-de-semana Gastronómicos; Dia Mundial do Turismo; entre outros – rubrica 09/020121. Substituto: Mário Paulo Meneses Pacheco, Assistente Técnico da mesma Divisão. 9 – Titular: Ana Paula Fernandes Brandão, Técnica Superior do Departamento de Administração Geral – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. Substituto: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral. 10 – Titular: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica – €2500,00 (dois mil e quinhentos euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 02/0602010199. Substituto: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Diretora do Departamento de Administração Geral. 11 – Titular: Maria do Carmo Pereira Marques Martins, Chefe da Divisão de Apoio e Atendimento ao Município – €100,00 (cem euros) para despesas com trabalhos especializados de impressão para lettering e sinalética, e para o Balcão Único de Atendimento – rubrica 02/020220. Substituto: Helena Alexandra Ferreira de Magalhães, Técnica Superior da mesma Divisão. 12 - Titular: Alexandra Isabel da Quintã Cunha, Chefe da Divisão de Ação Social – €3.000,00 (três mil euros), para pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art.º 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade – rubrica 07/04080202. Substituto: Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior da mesma Divisão. 13 – Titular: Ivone Carmo Silva Gonçalves, Chefe da Divisão de Bibliotecas –**



Li.

*[Handwritten signature]*

€100 (cem euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às atividades promovidas pela Biblioteca – rubrica 09/06020305. **Substituto: Julieta Sameiro Costa Esteves, Assistente Técnica da mesma Divisão. 14 – Titular: Alexandra Maria Barros da Costa Marques, Chefe da Divisão de Arquivos – €100,00 (cem euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às atividades promovidas pelo Arquivo – rubrica 09/06020305. Substituto: Teresa de Jesus Malheiro dos Santos, Técnica Superior da mesma Divisão. 15 - Titular: Maria Luísa Machado Vilaça, Técnica Superior do Departamento de Recursos Humanos – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com reparação de acidentes de trabalho – rubrica 12/010306. Substituto: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Diretora do Departamento de Recursos Humanos. 16 - Titular: Lara Filipa Melo Correia, Assistente Técnica do Departamento de Obras Municipais – €500,00 (quinhentos euros) para despesas com pequenas reparações no âmbito da Divisão de Administração Direta – rubrica 03/020203. Substituto: Ilda Maria Carneiro Almeida Fontão, Assistente Técnica do mesmo Departamento. 17 – Titular: Marta Sofia Gomes Fernandes Pinto, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Guimarães – €153,15 (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos) para despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação da CPCJ – rubrica 07/06020305. Substituto: Juliana Isabel Marques Ferreira Machado, representante do Município na CPCJ de Guimarães. 18 – Titular: Vítor Manuel Lobo Teixeira de Oliveira, Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente - €500,00 (quinhentos euros) para despesas com refeições no âmbito da representação municipal – rubrica 0103/020225. Substituto: Teresa de Jesus Salgado Ribeiro Sarmento Pires, Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação. Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos**

comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de dezembro do respetivo exercício económico.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – SISTEMA DE CONTROLO INTERNO – SCI** – Presente a seguinte informação: “O Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, estabelece, no seu artigo 9.º, que as entidades públicas devem adotar um sistema de controlo interno que englobe, designadamente, o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável. Acrescenta o n.º 2 da mesma norma que o sistema de controlo interno tem por base sistemas adequados de gestão de risco, de informação e de comunicação, bem como um processo de monitorização que assegure a respetiva adequação e eficácia em todas as áreas de intervenção. O sistema de controlo interno visa garantir: a) A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo; b) O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares; c) A salvaguarda do património; d) A aprovação e o controlo de documentos; e) A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida; f) O incremento da eficiência das operações; g) A adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos; h) O controlo das aplicações e do





11.

*[Handwritten signature]*

ambiente informático; i) O registo oportuno das operações pela quantia correta, em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis; j) Uma adequada gestão de riscos. De acordo com o novo enquadramento legal (SNC-AP) revelou-se necessário rever o Sistema de Controlo Interno do Município em vigor, que se submete para aprovação superior, tendo sido elaborado com base naqueles princípios e trabalhado com os serviços municipais, resultando, assim, numa norma adequada à realidade do Município. Trata-se de um importante instrumento de gestão que serve de base ao controlo da atividade do Município e visa garantir que todas as políticas e os procedimentos implementados contribuem, de forma eficaz e eficiente, para alcançar os objetivos definidos. Caso a presente proposta obtenha despacho favorável, deverá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal.” O Sistema de Controlo Interno dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:50 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Carlos Gomes**, representante da Associação de Defesa Ambiental "Questão Eleita" que alertou para o perigo resultante da exposição a fibras de amianto a que estão sujeitos os moradores da Rua das Lameiras, Rua da Carreira e Rua Comandante João de Paiva Brandão, em Polvoreira, na sequência dos efeitos do temporal na cobertura do pavilhão onde funcionam as Oficinas Gerais da Câmara e da VITRUS. Lamentou que a população não tivesse sido prontamente informada sobre os cuidados a ter com a manipulação de amianto, ao mesmo tempo que levantou algumas questões sobre a forma

como estão a ser removidos os estilhaços, designadamente sobre a circulação de funcionários e camiões, a falta de sinalização de perigo e de delimitação da zona de trabalho. Criticou, ainda, o facto de funcionários, sem qualquer tipo de proteção, terem dado início aos trabalhos de remoção antes da chegada ao local da empresa de descontaminação, referindo que tal terá contribuído para o aumento da disseminação das fibras. -----

Sobre esta intervenção, o **Presidente da Câmara** garantiu que a remoção de placas de fibrocimento está a decorrer no cumprimento da legalidade, referindo que na passada quinta-feira, na manhã seguinte à intempérie, foi iniciado o processo de remoção pelo proprietário do imóvel que, para o efeito, contratou uma empresa certificada. Disse que o amianto não é radioativo, podendo, na sua decomposição, libertar partículas que, quando inaladas, prejudicam a saúde, acrescentando ser necessário, por essa razão, adotar cuidados na sua remoção, referindo que no caso em particular a inalação de partículas era nula uma vez que se registava forte precipitação. -

**PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*Amigávelmente,*

*para a presidente Xavier*